
V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A CONSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS DE MEMÓRIA: UM ESTUDO SOBRE O MUSEO SITIO DE
MEMORIA ESMA E O PAPEL DOS ARQUIVOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS HISTÓRICOS

Talita de Oliveira Trindade (IAG/PUC-Rio; IBMEC-Rio) - talita.trindade@phd.iag.puc-rio.br
Docente e Doutoranda em Estudos Organizacionais.

**A constituição de territórios de memória:
um estudo sobre o Museo Sitio de Memoria ESMA e o papel dos arquivos públicos na
produção de conhecimento em Estudos Organizacionais Históricos**

Contextualização e objetivos

Partindo da perspectiva dos Estudos Organizacionais Históricos (Maclean, Harvey & Clegg, 2016), o objetivo deste artigo, que é parte de um projeto de doutoramento em andamento, é duplo: primeiramente, deseja-se discutir sobre a dinâmica entre organizações, memória e justiça de transição em países da América Latina, a partir do estudo de caso de um centro de memória argentino cujo edifício hospedou um dos centros clandestinos de tortura mais violentos no último regime militar instaurado no país (1976-983); além disso, espera-se problematizar – em vias de fomentar – o uso de fontes documentais em estudos organizacionais, como é o caso dos arquivos do Memoria Abierta, que serão utilizados no estudo.

Atos de violação dos direitos humanos em que há alguma participação de empresas tem sido alvo da atenção de diversos pesquisadores em estudos organizacionais há décadas (Feder, 2001; Koeppel, 2007; Stokes e Gabriel, 2010). No entanto, a interseção entre organizações, memória e justiça de transição é um lócus relativamente mais recente de interesse de pesquisa, embora não menos profícuo – estudos sobre os memoriais (Allen e Brown, 2016) e sobre a chamada responsabilidade histórica corporativa (Schrempf-Stirling; Palazzo e Phillips, 2016) são exemplos dessas discussões.

Regimes de exceção deixam um legado marcado por disputas sobre o que lembrar e o que esquecer, que em alguma medida se materializam em acervos e arquivos documentais e audiovisuais, cuja constituição desvela a própria disputa entre memória oficial e memória silenciada. Não surpreendentemente, o interesse na preservação e constituição dessas memórias cresce em períodos de transição de governos autoritários para governos democráticos na medida em que centros clandestinos de tortura e/ou aparelhos da repressão são transformados em lugares de memória. Argentina e Chile são frequentemente mencionados como referências na tratativa das vítimas de seus regimes ditatoriais. Resguardadas as especificidades de cada região e sua historiografia, movimentos de familiares de mortos e desaparecidos políticos, bem como leis nacionais e/ou provinciais tiveram um importante papel no processo de resguarda da memória de suas vítimas e constituição de lugares memória em vias da promoção de verdade e justiça como enquadramentos para a prevenção de novos crimes de lesa-humanidade. Particularmente em países da América Latina, alguns autores iniciaram um movimento na tentativa de compreensão desses espaços na Argentina (Catela, 2015; Conte, 2015), Chile (Aguilera, 2015) e Uruguai (Draper, 2015), embora esforços para teorização acerca dessas organizações e seu processo de produção ainda sejam raros.

Violência é, sem dúvida, uma importante chave de análise para eventos sociais traumáticos do século XX (Fico, 2013). No caso argentino, o último período de ditadura militar (1976-1983) foi responsável por cerca de 30 mil mortes e desaparecimentos, sendo marcado pelo confronto aberto entre a repressão militar e a resistência armada. Se, de um lado, a repressão clandestina já era uma realidade anteriormente à noite do golpe, em 24 de março de 1976 (este seria o sexto de uma série de intervenções com participação de militares), sendo inclusive um de seus fatores deflagradores; de outro, igualmente real era a luta armada desde o Cordobazo, em

1969. Essa dinâmica de guerrilha foi tal que a violência se tornaria, segundo O'Donnel (1982, p. 266) “*característica constitutiva de la vida cotidiana en la Argentina*”.

Com a deposição do governo de Isabel Perón pelas Forças Armadas, o país passaria a ser governado pelas juntas militares – um total de quatro ao longo dos sete anos de ditadura. O governo militar nesse período se autodenominou *Proceso de Reorganización Nacional* (ou “Proceso”) em vias de disciplinamento e promoção dos ajustes sociais, políticos, culturais e econômicos considerados necessários para a restauração da ordem no país. Além do sequestro de milhares de jovens, outra prática recorrente do *Proceso* era o sequestro e a mudança de identidade de bebês (Souza, 2014). Esse movimento fez com que em 1977, as mães de desaparecidos começassem a se reunir na Praça de Maio (*Madres de Plaza de Mayo*) a fim tornar conhecidas os rostos, as histórias e as memórias de seus filhos e demandar informações do governo a seu respeito – mais tarde elas se tornariam as Avós da Praça de Maio (*Abuelas de Plaza de Mayo*). Pollak (1989, p. 5) sugere que quando as memórias silenciadas passam a ocupar o espaço público, “reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” e, nesse sentido, passam a exercer uma função política.

Além disso, o autor argumenta, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1989, p. 3)”. Pollak (1993) faz uma distinção entre *acontecimentos* e *personagens*, ambos elementos constitutivos da identidade dos indivíduos. Os *acontecimentos* podem ser vividos (ainda que indiretamente), mas os *personagens* não precisam pertencer, necessariamente, ao mesmo espaço-tempo do indivíduo ou grupo a que determinada memória se refere. Nesse sentido, a memória coletiva pode se utilizar dos lugares de memória como *suportes* de memória na medida em que as condições de existência dos *meios* de memória deixam de existir (Nora, 1993). As Mãe e Avós da Praça de Maio foram responsáveis pela formação de uma rede de informações sobre presos, mortos e desaparecidos políticos, pela localização de mais de 120 bebês sequestrados pela ditadura e pela forte mobilização para a constituição de lugares de memória em todo o país. Além da ocupação e territorialização de espaços, outros mecanismos de memorialização são utilizados na constituição de uma política de memória, como a criação de datas comemorativas, a identificação de ruas e bairros nomeados a partir de personagens militares que participaram de regimes ditatoriais, expressões artísticas e culturais que tratem dessa temática, entre outros.

A ditadura argentina terminou em 1983, mesmo ano em que foi criada a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) e cujas apurações (veiculadas por meio do Informe *Nunca Más*) foram amplamente utilizadas nas audiências judiciais com os ex-membros das Juntas Militares que aconteceriam em 1985. Em 1999 tiveram início as primeiras mobilizações para a criação do que viria a ser o *Memoria Abierta*, organização responsável pela criação do maior arquivo de história oral do país. Essas duas organizações em grande parte constituíram a de como se desenvolveria o processo de reparação no país.

Até 2015, cerca de 10% dos 762 centros clandestinos de tortura e extermínio (CCT/E) espalhados pela Argentina já haviam sido sinalizados e/ou transformados em lugares de memória. Um dos mais violentos CCT/E durante a última ditadura argentina, local por onde passaram 5 mil mortos e desaparecidos, funcionou na Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA). Em 2004, alguns terrenos foram restituídos à cidade de Buenos Aires, por meio de um acordo entre o Governo Federal e o governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, como

é o caso do terreno em que se localizava a ESMA. Desde então, lá foi estabelecido o *Museo Sitio de Memoria ESMA*.

A busca por memória, verdade e justiça em períodos de justiça de transição é um esforço ancorado na ideia de um “dever de memória” (Abrão, 2011, p.126), que endereça demandas do presente a partir do resgate de múltiplas versões acerca de eventos passados. Desse modo, ao assumir que a memória é construída no tempo presente (Pollak, 1992) por meio de um diálogo com o passado que jamais poderia ser neutro, mas representativo de diversos atores cujas memórias e narrativas estão em constante tensão (Costa & Saraiva, 2011), torna-se necessário reconhecer a existência de relações intrínsecas de poder entre esses atores e os recursos utilizados por eles para mobilizarem o que se deseja lembrar e o que se deseja esquecer.

Por esse motivo, esses lugares de memória de resistência serão tratados a partir deste ponto como *territórios* de memória. “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. [...] O tema principal é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” (Souza, 2012, pp. 78-79).

A constituição de territórios de memória, como é o caso do *Museo Sitio de Memoria ESMA*, é relevante do ponto de vista de legitimação de memórias alternativas ou subterrâneas, uma vez que “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (Nora, 1993, p. 21). Nesse sentido, esses lugares não só funcionam como repositório de documentos, artefatos e relatos, mas também mitigam os efeitos do distanciamento espaço-tempo e criam as condições necessárias para o debate acerca dos seus efeitos no tempo presente.

Nota metodológica e resultados esperados

A pesquisa é documental e se utiliza de duas fontes arquivísticas, quais sejam: (1) os arquivos criados e/ou catalogados, geridos e disponibilizados pelo Memoria Abierta e (2) a documentação organizada e disponibilizada pelo Espacio Memoria – MEGACAUSA ESMA. O Memoria Abierta foi criado em 1999, a partir de uma aliança entre organizações argentinas que militam pelos direitos humanos e conservação de memórias de violação. A organização foi responsável pela criação do maior acervo de história oral do país, além de atuar em outras ações de resistência nacionais e provinciais. O Espacio Memoria (originalmente chamado de *Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*) foi instituído em 2004 e é uma das organizações que atualmente ocupam o edifício que abrigava a ESMA. A organização possui uma frente de trabalho chamada MEGACAUSA ESMA, em que disponibiliza diversos documentos relativos às audiências públicas dos militares, além de entrevistas, notícias e oito edições do *Juicio Megacausa ESMA* – uma revista dedicada à preservação da memória das vítimas, ressignificação do espaço e acompanhamento dos julgamentos.

O primeiro resultado esperado diz respeito à possibilidade de teorização desses espaços (*o que a constituição desses territórios de memória tem a dizer sobre dinâmicas de poder e resistência? Como podemos explicar esse fenômeno organizacional a partir de tais disputas de memória?*;). Além disso, assumindo a agenda proposta por Barros (2016), espera-se refletir sobre o papel e a natureza dos arquivos enquanto elementos constituintes das próprias teorias em gestão, mais especificamente, estudos organizacionais históricos.

Referências

- Abrão, P. (2011). A lei de anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. *Acervo*, 24(1), 119-138.
- Aguilera, C. (2015) Memories and silences of a segregated city: Monuments and political violence in Santiago, Chile, 1970–1991, *Memory Studies* 8(1) 102–114.
- Allen, M., Brown, S. D. (2016) Memorial meshwork: The making of the commemorative space of the Hyde Park 7/7 Memorial, *Organization*, 23(01), 10-28.
- Barros, A. (2016) Archives and the “archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. *O&S*, v. 23, n. 79, p. 609-623, Out./Dez.
- Catela, L. (2001) No habrá flores en la tumba del pasado. Las experiencias de reconstrucción del mundo de los *familiares de desaparecidos*. La Plata, Argentina: Ediciones Al Margen.
- Conte, G. (2015) A topography of memory: Reconstructing the architectures of terror in the Argentine dictatorship, *Memory Studies*, 8(1) 86–101.
- Costa, A. M., & Saraiva, L. A. S. (2011). Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1761-1780.
- Souza, D. (2014) O processo de Reorganização Nacional Argentina durante a ditadura de 1976. *RBBA*, v.3 nº01, p.263-277, Jun.
- Draper, S. (2015) Against depolitization: Prison- museums, escape memories, and the place of rights, *Memory Studies*, 8(1) 62–74.
- Feder, B. J. 2001. Lawsuit says I.B.M. aided the Nazis in technology. New York Times, February 11: <http://www.nytimes.com/2001/02/11/world/lawsuit-says-ibm-aidedthe-nazis-in-technology.html>.
- Fico, C. (2013). Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi* (Rio J.) vol.14 no.27 Rio de Janeiro jul./dez.
- Koeppel, D. 2007. Banana: The fate of the fruit that changed the world. New York: Penguin Press.
- MaClean, M; Harvey, C.; Clegg, S.R. (2016) Conceptualizing Historical Organization Studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632.
- Nora, P. (1993) Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10.
- O'Donnel, G. (1982) *1966-1973 El Estado burocratico autoritario: triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.
- Pollak, M. (1989) Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15.

_____. (1993) *Une identité blessée*. Paris: Métailié.

Schrempf-Stirling, J.; Palazzo, G.; Phillips, R. A. (2016) Historic Corporate Social Responsibility, *Academy of Management Review*, 41(4), 700–719.

SOUZA, M. J. L. de. O (2012) Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. *Geografia: Conceitos e Temas*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Stokes, Peter, & Gabriel, Yiannis. 2010. Engaging with genocide: the challenge for organization and management studies. *Organization*, 17(4): 461-480.